



Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 84ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alengar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Egon Pudell, João Fadel, Lázaro Dumont e Valter Pietrângelo (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 09/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 24, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia a ser anunciada na sessão ordinária de segunda-feira.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Sampaio e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basí-

lio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Egon Pudell, João Fadel, Lázaro Dumont e Valter Pietrângelo (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 65/77

Curitiba, 13 de maio de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de abril de 1977, entre o Governo do Estado e o município de Araruna, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 66/77

Curitiba, 13 de maio de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de abril de 1977, entre o Governo do Estado e o município de Lobato, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 67/77

Curitiba, 13 de maio de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de abril de 1977, entre o Governo do Estado e o município de Cianorte, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o número 54/77 do Senhor Maurício Távora Neto, Diretor Superintendente da Fundação Teatro Guaíra, dando cumprimento ao disposto nos artigos 21 e 22 da Lei número 6.049, de 03 de dezembro de 1969, o Balanço Geral do Exercício de 1976, daquela Fundação. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 045/77, oriundo da Câmara Municipal de Santa Helena, neste Estado, firmado por seu Presidente, vereador Olívio Santin, manifestando, em nome dos componentes daquela Edilidade, a contrariedade no tocante às emendas constitucionais a respeito da Lei do Divórcio. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O município de Cornélio Procopio registra hoje o falecimento do Senhor Agostinho Ducci, agricultor, fazendeiro e industrial dos mais conceituados na região.

O falecido era um dos pioneiros do município que temos a honra de representá-lo.

Chefe de numerosa família, entre os quais destaca-se o Sr. Pilade Ducci, fundador da indústria de óleos vegetais, deu o extinto exemplo de trabalho conservando a característica de honradez e de simplicidade.

Ligado a todos os empreendimentos comunitários, a região procopense perde, sem dúvida, um varão ilustre e muito benquisto, deixando numerosa prole a prantear-lhe a morte.

Assim, Senhor Presidente, como homenagem a tão estimado concidadão, o Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, o registro de voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento.

Requer ainda, que do inteiro terror deste, uma vez aprovado, seja dado conhecimento à Excelentíssima Família Ducci.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em nossa Capital, da senhora OLINTA KREBS PALMQUIST.

A extinta, que era viúva do senhor Hugo Palmquist, devotou integralmente a sua vida às causas mais altruístas de nossa comunidade, sendo, inclusive, uma das fundadoras da Cruz Vermelha do Paraná.

O seu falecimento aos 84 anos de idade, deixa consternada a sociedade curitibana, que sempre a admirou pelas suas qua-

lidades e pelo seu inextinguível amor ao próximo.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário, seja transmitida à família enlutada, nas pessoas dos Doutores Jorge Palmquist, bem como da senhora Margarida Palmquist Cardoso, todos filhos da pranteada senhora Olinta Krebs Palmquist.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GABRIEL D'ANUNCIO STRAPASSON, ocorrido na cidade de Colombo.

Tal passamento consternou a sociedade de Colombo, já que o extinto pertencia a tradicional família daquele município.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao Professor Doutor CLAYTON REIS, pela sua brilhante aprovação, em 2º lugar, com 7,25 pontos, no recente concurso para provimento de cargo de Juiz Adjunto, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado.

O fato suscitou regozijo aos seus colegas e amigos, notadamente aos seus alunos da Faculdade de Direito de Curitiba, onde ministra a importante disciplina de Direito Civil.

Requer, ainda aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Senhor Secretário de Educação do Estado, sugerindo sejam envidados esforços visando a implantação da segunda fase do primeiro grau (5ª a 8ª série) no Distrito de Marilú e na localidade denominada "Água Torta", ambas no município de Iretama.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A implantação da segunda fase do primeiro grau (5ª a 8ª série) em todas as escolas do País, é imperativo contido na Lei da Reforma do Ensino. Por vezes, recebemos reclamos de nossa gente interiorana, desejosa em ver seus filhos continuarem estudando, mas impossibilitados em virtude da inexistência do que ainda conhecem como "curso ginásial" próximo a suas residências. O mesmo ocorre no distrito de Marilú e na localidade denominada "Água Torta", no município de Iretama. O presente requerimento, solicitando esforços para a implantação desta melhoria, justifica-se plenamente, por entendermos que as crianças ali residentes, têm o mesmo direito à escola, que as residentes em áreas urbanas de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário de Educação de nosso Estado, encarecendo

medidas visando a implantação da segunda fase do ensino de primeiro grau (antigo curso ginásial) na localidade denominada "Alto São João", do município de Roncador.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de "Alto São João", situada a 18 quilômetros da sede do município de Roncador, centraliza uma área rural densamente povoada, contando com todas as condições para a implantação da segunda fase do ensino do primeiro grau, conforme preceitua dispositivos legais em vigor. A população local está a exigir esta providência, tendo em vista a impossibilidade de deslocamento de crianças até a sede do município, procurando continuar os estudos. Nada mais justo, portanto, que a melhoria reclamada seja atendida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Renato Antônio Johnsson, DD. Presidente da TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, solicitando providências urgentes para a expansão da rede telefônica para o distrito de Cafelândia do Oeste, no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

No início da nossa legislatura, mais exatamente em 05 de junho de 1975, apresentamos nesta Casa, requerimento solicitando da TELEPAR a instalação da rede telefônica no distrito de Cafelândia do Oeste.

Após reiterados apelos da população e mesmo deste Deputado, finalmente, em 15 de novembro de 1976, foi instalado naquele distrito um Posto Telefônico com sistema de monocal.

Entretanto, tratando-se de um aglomerado com elevada população, cujo potencial econômico é superior a muitos pequenos municípios paranaenses, esse Posto Telefônico, em que pese a boa vontade dos funcionários, não tem condições para atender às necessidades básicas do distrito, mesmo porque, recentemente, foi efetuada uma extensão do PS para a Cooperativa que, em razão das suas atividades, necessita ocupar inúmeras vezes o aparelho. Para se ter uma idéia, segundo levantamento efetuado pelo Vereador Daniel Folle, representante daquele distrito na Câmara Municipal de Cascavel, somente no mês de abril a Cooperativa efetuou 675 ligações. Considerando que quando o aparelho está sendo utilizado pela Cooperativa o restante da população não tem condições de fazê-lo, pode-se imaginar a premência da necessidade da instalação de outros aparelhos.

Aliás, ainda hoje tivemos a oportunidade de constatar o fato, quando tentamos comunicação com aquela localidade e tivemos que aguardar mais de cinco horas, sem contar os 30 minutos em que permanecemos no aparelho.

Outrossim, além da Cooperativa Consolata e da Sub-Prefeitura, o distrito em questão conta com uma agência bancária, do Grupo Bamerindus, cartório, farmácias, hospital, vários postos de gasolina, bem como intenso comércio e indústria, com elevado movimento financeiro.

Distanciando-se da sede em quase 50 km, de estradas primárias, o distrito de Cafelândia resente-se, sobremaneira, pela falta de um meio mais rápido e eficiente de comunicação, razão porque se encarece às autoridades competentes as mais urgentes providências no sentido de que seja montado naquela localidade um complexo mínimo de 100 (cem) aparelhos, a fim de, em caráter de emergência, atender o expressivo fluxo de progresso que ali ocorre.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 56/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade São João Batista", com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade São João Batista", que ora se pretende declarar de utilidade pública, presta, realmente, relevantes serviços à comunidade bocaiuvense, de forma desinteressada, pois nada cobra daqueles a quem serve.

O elenco de serviços que a referida Sociedade presta à população de Bocaiúva do Sul, por sinal vasta, por si só justifica a apresentação do presente plano de lei.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, ao final, a necessária aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Nem bem as classes trabalhadoras do País esperam receber seu salário-mínimo do mês de maio e já estão pagando novas tarifas de transporte coletivo. Pequenos aumentos, diz o Governo. Grandes aumentos, dizemos nós.

Recomeçou o processo de corrosão do salário-mínimo.

Enquanto os salários se renovam uma vez cada ano, os preços de tarifas são reajustados duas a três vezes. Em dose homeopática para disfarçar o desfalque salarial. Os 44 por cento de salário produzem 50 por cento de tarifas mais caras.

A política tarifária do Governo só pode ser entendida dentro de um quadro mais amplo, e não apenas na relação simplista com a inflação. Pois toda a política do Governo continua voltada para a exploração das camadas mais pobres deste gigante subdesenvolvido.

Depois de muitas reivindicações, o Governo dá com a mão esquerda e retira com a direita, que é sua mão mais forte.

As tarifas do serviço público somente poderão aumentar 25 por cento, diz o Governo Federal. É que elas já estão muito altas e o anúncio da medida poderá ajudar no combate psicológico à inflação. Entretanto, não se fala, não se comenta que as tarifas do serviço público são abusivas, como abusivo é o modelo econômico.

Não é só o transporte coletivo. São as tarifas de energia elétrica que pagam os desperdícios do presente e o futuro incerto: pagam as usinas, os contratos de serviços manipulados por grupos credenciados, pagam a administração das empresas e seus polpudos cargos. Pagam as mordomias e a hospedaria de luxo em Salto Osório.

As tarifas de água e energia elétrica cobram das classes trabalhadoras para subsidiar a indústria e o comércio. Seria talvez justo se não se compreendesse a situação das classes trabalhadoras, que pagam 50 por cento de seus salários por moradias insalubres, as meia-águas que são as favelas não registradas na Prefeitura. Classes trabalhadoras industriais, urbanas, que não chegam a perceber 100 dólares mensais, enquanto o governo maneja a renda per capita e o Produto Interno Bruto que cresceu com o seu "milagre econômico".

De que adianta a outra parcela dos assalariados ter construído a custo de grande esforço sua pequena casa própria, se a adquiriu via BNH e deve mais a cada ano ao usuário oficial que

manipula seu dinheiro para causas conhecidas e desconhecidas, aprovadas e desaprovadas segundo o consenso? De que adianta uma fração desses assalariados ter construído à custa de grande sacrifício sua casa própria, se vai sendo expulso das áreas valorizadas pelos impostos abusivos, taxas de serviços inexistentes e pelos zoneamentos criados nos fundos das Prefeituras?

Os brasileiros hoje talvez sejam o povo mais endividado do mundo. Deve o passado, o presente e o futuro. Deve juros e taxas escorchantes e não podem reclamar porque não o pode fazer pela entidade sindical, não pode fazer em associações, não o pode fazer senão frente a um "guichet" onde o ar de enfado do funcionário lhe diz que a cantilena é por demais conhecida e nada adianta.

No caso dos transportes coletivos, este é o carro-chefe dos aumentos do ano. Mas não é só o aumento, não há fiscalização dos transportes coletivos, não há troco nem conforto. Cada vez mais os bancos são retirados para aumentar o número de passageiros em pé. Os assentos já são de material plástico, inseguros, e, como porcos e não pessoas são os passageiros amontoados, para aumentar a rentabilidade do transporte coletivo.

Não é somente uma tarifa aumentada que está em jogo. São as outras; são as fraudes contra a opinião pública: de frotas não renovadas, de horários elásticos que dificultam a vida da população; são as medidas para aumentar o espaço vazio dentro dos ônibus para aumentar os lucros. E o escândalo da exploração é sufocado pelo silêncio. É proibido protestar porque o Governo decidiu capitalizar empresas em serviços essenciais de saúde, de água, esgotos e energia, de transporte e de alimentação, de educação. Capitalizar abusivamente sobre a miséria das classes trabalhadoras".

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desta tribuna, o Deputado Nelson Buffara, e, em seguida, o Deputado Enéas Faria, fizeram referência à falta de segurança e à falta de equipamento do Corpo de Bombeiros de Paranaguá.

Nós ficamos a observar que, mesmo com falta de equipamento, em Paranaguá, existe ainda o destacamento do Corpo de Bombeiros, quando em grandes cidades do interior de nosso Estado, este destacamento inexistente. Um exemplo, é a cidade de Campo Mourão, distante de Marigá, cerca de 85 quilômetros. No entanto ainda não dispõe desse destacamento naquela cidade.

Muitas são as solicitações que nos têm chegado. E, por isso, resolvemos, naquela oportunidade, e em face destes problemas terem sido levantados, encaminhar à Mesa, um requerimento do seguinte teor: (Lê):
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, solicitando urgentes providências no sentido de que seja instalado um destacamento do Corpo de Bombeiros, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A segurança do povo, deve ser sempre preocupação constante dos governantes. A presença de destacamento do Corpo de Bombeiros nas cidades de médio e grande porte é imperativo. Campo Mourão, conta hoje com cerca de 60.000 habitantes em sua área urbana. Prédios com vários pavimentos estão surgindo com frequência. Além da necessidade urgente, apenas pelas condições exibidas por si mesma, Campo Mourão apresenta também outras nuances que estão a exigir a presença permanen-

te de um destacamento do Corpo de Bombeiros. É Município Polo de uma vasta região compreendida pelos municípios: Maburê, Iretama, Roncador, Peabirú, Engenheiro Beltrão, Araruna, Janiópolis, Boa Esperança, Ubatã, Quinta do Sol, Campina da Lagoa, Nova CANTu e Fênix, perfazendo aproximadamente uma população de 480.000 habitantes. Toda a área é atendida pelo destacamento do Corpo de Bombeiros de Maringá, distante da cidade de Campo Mourão, 85 quilômetros, e, mesmo sendo ligado ao sistema DDD de telefonia e por estrada asfaltada, não há condições de atendimento imediato por ocasião de ocorrências de sinistros. É portanto, de grande e imperiosa importância, a presença definitiva de um destacamento do Corpo de Bombeiros em Campo Mourão, tendo em vista, não apenas a segurança da população urbana, como também a prevenção em toda a região polarizada pela mesma. A pujança econômica da região, poderá perfeitamente responder presente, caso chamada a participar nos investimentos. Sua agricultura, diversificada entre as culturas de soja, trigo, café, algodão, milho, feijão, arroz e outras, também importantes; seu comércio, cada dia mais desenvolvido; a industrialização presente, através beneficiamento de produtos agropecuários, alcançando um desenvolvimento dos mais perfeitos, tudo transforma-se no progresso e importância que estão a exigir medidas de segurança do Governo do Estado, e, entre elas, a mais insistentemente reclamada por seu povo, é o destacamento do Corpo de Bombeiros, medida que ora requeremos e esperamos o atendimento no menor prazo possível".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início da legislatura que transcorre, ou mais exatamente no dia 05 de junho de 1975, apresentamos, nesta Casa, um requerimento solicitando a implantação de sistema telefônico no distrito de Cafelândia, um dos distritos mais populosos do município de Cascavel e que está em vias de ser emancipado.

Após reiterados apelos daquela população, e mesmo deste Deputado, finalmente, às vésperas da campanha política para sucessão municipal, a TELEPAR, louvando os candidatos situacionistas, inesperadamente, instalou em Cafelândia, um posto telefônico depois de ter informado o Sr. Presidente da TELEPAR que telefone, em Cafelândia só seria instalado em 1978, por documentos escritos, em meu poder e por respostas feitas à Câmara e Prefeitura Municipal de Cascavel.

Essa instalação foi feita no dia 14 de novembro, mais precisamente.

Entretanto, apesar do momento em que foi instalado, sob a motivação política e sob a inspiração de levar a vitória ao pleito eleitoral, Cafelândia ficou com um telefone.

Mas, tratando-se de um aglomerado, de uma população com elevado índice demográfico, cujo potencial econômico é superior a vários municípios paranaenses, esse posto telefônico, em que pese a boa vontade do funcionário que ali opera, não tem condições de atender às mínimas necessidades básicas daquele distrito, mesmo porque, recentemente, foi efetuada uma extensão desse PS para a Cooperativa Agrícola Consolata, que faz parte do complexo da COTRIGUAÇU, necessita ocupar, inúmeras vezes, esse único aparelho, essa única linha.

Para se ter uma idéia, Srs. Deputados, segundo levantamento efetuado pelo Vereador emedebista Daniel Folle, representante desse distrito na Câmara Municipal de Cascavel, somente no mês de abril, a Cooperativa Agrícola Consolata efetuou 675 ligações, considerando-se que quando esse aparelho está sendo usado pela Cooperativa, o restante da população não tem condições de fazê-lo.

Pode-se imaginar a premência da necessidade da instalação de um complexo mais amplo, aliás, ainda hoje, tivemos oportunidade de constatar esse fato quando tentamos uma comunicação com Cafelândia e tivemos que aguardar mais de 5 horas, no telefone, através da nossa secretária, e sem contar os minutos insistentes da discagem direta, para Cascavel. Cascavel não conseguia fazer a ligação com Cafelândia.

Além da Cooperativa Agrícola Consolta, a sub-Prefeitura, o distrito em questão conta com uma agência do Bamerindus, que é uma das agências que superou até à expectativa de análise levantada pela empresa financeira, existe um hospital de grande alcance, grande atendimento, farmácias, e outras empresas que operam nesta comunidade, que necessitam e que pedem, insistentemente, a instalação de aparelhos telefônicos.

Distanciando-se da sede de Cascavel 50 km, as estradas que servem estes distritos são primárias, com pouca facilidade de acesso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) - (Faz soar os tímpanos)

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Vou concluir, Sr. Presidente.

Por esta razão, Cafelândia vem reiterar, outra vez, a necessidade de se instalar ali, 100 aparelhos telefônicos.

E é neste sentido que faço daqui um apelo, tendo já encaminhado à Mesa um requerimento neste sentido ao Sr. Presidente da TELEPAR, para que, demagogicamente ou não, instale, de uma vez por todas, os aparelhos reivindicados pela comunidade de Cafelândia.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao eminente Sr. Deputado Enéas,

Faria, quarto orador inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inscrito como primeiro orador no Grande Expediente e agora ocupando a tribuna neste Pequeno Expediente, já de antemão, declinaria daquela condição, uma vez que, por dever de solidariedade, empresto o tempo que hoje me seria concedido aos eminentes Deputados da nossa bancada, representantes do município de Londrina, que tratarão de assuntos por certo de alto interesse para esta Casa e para a vida do Paraná.

E mesmo porque, Srs. Deputados, o assunto que me traz à tribuna, por ser de conhecimento geral, por estar praticamente no dia a dia de cada um dos que aqui nesta Casa têm assento, não requer maiores delongas, maiores explanações e maiores justificativas.

Venho, Sr. Presidente, para trazer à consideração da Casa e formalizar a apresentação de Emenda à Constituição do Estado.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constituído por conselheiros, auditores e procuradores do Estado que atuam junto àquela corte, têm a sua nomeação, têm a sua estrutura e ação, basicamente ordenada pela Constituição do Estado.

Há alguns critérios que são fixados para a nomeação e para o exercício do cargo. Deverão, conforme a letra constitucional, ser homens de alto saber, idôneos, corretos, honestos e capazes de desempenhar as funções para as quais sejam convocados.

Entretanto, Srs. Deputados, há um aspecto que a Constituição não toca, e que a lei não prevê, tendo passado despercebido por quantos tenham a responsabilidade de atuar também nesta matéria.

Não há qualquer espécie de impedimento, de restrição, para a nomeação de cidadãos para o Tribunal de Contas. Nesses cargos não há, digo, qualquer restrição no que diz respeito ao exercício de um cargo público anterior.

E o que se tem visto na prática e quase sistematicamente, é que homens integrantes da administração pública são dali retirados, para ocuparem postos no Tribunal de Contas do Estado. Em decorrência disto, os homens que têm a obriga-

ção de manipular verbas dos recursos públicos, que têm sob sua responsabilidade bens do Estado, são, teoricamente, os homens que mais tarde irão apreciar e julgar as suas próprias contas, as suas próprias despesas.

Evidentemente, Senhores, que na prática tal fato não tenha acontecido, parece-me, porque a ética, a moral e o próprio entendimento legal impediria que homens do jaez e da integridade e da honorabilidade daqueles que integram aquela Corte, são impedidos e se vêem impedidos de julgarem as suas próprias contas. Evidentemente que o fazem constrangidos, pelo fato de estarem de corpo presente, assistindo ao julgamento da sua própria atuação anterior, constrangimento que, entendendo, deva também se alastrar e contaminar os demais integrantes daquela Corte, quando em determinado momento se vêem na obrigação de julgar a atividade, a ação de um de seus pares. É um constrangimento que tem vivido o nosso Tribunal de Contas dia a dia, momento a momento, cada vez que se verifica a inclusão de um novo membro daquela Corte, naquele Tribunal.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a esta Casa cabe isentar, o nosso Tribunal de Contas, desses problemas; cabe a esta Casa, eliminar, da vida do Tribunal, este constrangimento, cabe a esta Casa instrumentalizar aquela Corte de tal forma que, problemas dessa ordem, que constrangimentos dessa natureza não venham mais a ocorrer.

Há também na nossa legislação, em sentido inverso, alguns impedimentos e algumas limitações aos Srs. Conselheiros, Auditores do Tribunal de Contas e Procuradores.

Alguns até de ordem total e absoluta, como em matéria eleitoral, ocorre, como em relação ao Conselheiro, que se vê impedido de participar de disputas eleitorais na disputa do cargo eletivo enquanto no exercício do cargo.

Há uma série de outros impedimentos.

A emenda que hoje estamos propondo, postula inversamente estabelecer este entendimento. Não se pode e nem se quer retirar, de quem quer que seja, a condição de integrar aquela Corte, nem seria justo e nem seria correto privarmos o Estado do Paraná, de talentos e de inteligências que atuando na administração pública provando a sua capacidade no trabalho, possam continuar prestando serviços, mais tarde, junto àquela Corte. O que se pretende é que se estabeleça um hiato, o que se pretende é que num lapso de tempo razoável permita que o homem, deixando a administração pública em um de seus cargos e funções, veja escoar esse tempo, dando condições para que suas contas sejam aprovadas sem a sua presença para então, mais tarde, vir a assumir, se convocado, uma posição naquele Tribunal.

A Emenda Constitucional, Srs. Deputados, tem o seguinte teor: (Lê):

"EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

o Art. 41, da Constituição do Estado do Paraná, fica acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

"§..... - É vedada a nomeação, para os cargos previstos nos §§ 30, 40 e 50, de Governador de Estado, de Secretário de Estado, de Presidente e Diretor de Companhia de Economia Mista e de Empresa Pública nas quais o Estado tenha participação majoritária, de Superintendente de Fundação instituída pelo Poder Público Estadual, de Diretor de Autarquia, e de quem exerça qualquer cargo ou função que o torne responsável por bens ou valores públicos, até um ano após a cessação da respectiva investidura".

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende, ao propor a inclusão de um novo parágrafo ao artigo 41 da Constituição do Estado do Paraná, estabelecer um prazo mínimo que medeie entre a cessação do exercício de um cargo ou função pública, em decorrência do que seu titular manipule verbas ou recursos do Estado,

ou que tenha sob sua responsabilidade bens e valores públicos, e, uma eventual nomeação para os cargos de Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas do Estado, bem como de Procurador do Estado junto a essa Corte.

Atualmente, consoante dispositivos constitucionais, o Conselheiro e o Auditor do Tribunal de Contas do Estado são nomeados "pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública".

Por sua vez, o Procurador do Estado junto a esse Tribunal, integra quadro próprio vinculado à Secretaria da Justiça, sendo sua nomeação prerrogativa do Governador, observado para a escolha que deva ela se dar "entre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos".

Nenhuma restrição existe para a nomeação de pessoas para tais cargos no que respeita ao anterior exercício de atividade pública que implique no fato de que contas sob suas responsabilidades virem, necessariamente, a ser apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Tem ocorrido e haverá de ocorrer — aliás com frequência e quase sistematicamente — que, exatamente, dentre os integrantes da Administração Pública é que se tem convocado os integrantes daquele Órgão, nos mencionados cargos.

Há que se considerar que assim se procedendo se integrará aquela Corte, ao longo do tempo e mantida a prática, de cidadãos que, tendo sido responsáveis pela gestão de recursos públicos, pela natureza da nova função, teoricamente, serão os seus próprios apreciadores.

Evidentemente que, na prática, a ética e a moral, além de impedimento legal, os afastará da apreciação das suas respectivas contas. O que, entretanto, não afastará, certamente, o constrangimento que deve os tomar quando o fato, inapelavelmente, acontece. Constrangimento que poderá, ainda, alastrar-se aos demais componentes no instante em que tiverem de deliberar sobre a atuação anterior de um de seus pares.

O Tribunal de Contas do Estado, apesar da verificação de fatos dessa natureza, tem se havido exemplarmente no cumprimento de sua ação, encimando-se a essas questões. Todavia, nada obsta que se corrija a situação, aplicando-lhe uma nova norma que seja capaz de isentar os integrantes daquele Órgão de situações como as expostas.

A Lei já estabelece, em sentido inverso, uma série de impedimento a Conselheiros, Auditores e Procuradores, alguns até totais, como seja, a impossibilidade efetiva de o Conselheiro do Tribunal de Contas — em matéria eleitoral — de candidatar-se a cargo eletivo. Outros impedimentos os limitam também.

Aqui, o que se postula, inversamente, é estabelecer-se um impedimento anterior à investidura nesses cargos.

Razoável entender-se que o tempo de um ano entre a cessação da investidura e a nomeação, proporcionará condições para que deixe de existir o constrangimento apontado.

Afigura-se-nos, a iniciativa, fórmula capaz de, cada vez mais, se aperfeiçoar o Órgão que tanta importância e tamanha responsabilidade tem na vida pública do Estado".

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Casa entenda o sentido de que se reveste a proposta.

Espero que a Casa, dosando e pesando a intenção que está a timbrar esta nossa proposição, venha, no devido tempo, dar-lhe acolhimento, dar-lhe aprovação.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, quinto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A erosão se constitui em terrível causa e prejuízos e até de

desastres econômicos.

Vastas áreas de terras produtivas foram reduzidas; residências e indústrias atingidas, trazendo a muitos desalento ou desespero.

Esta situação, Sr. Presidente, preocupou o Governo que, sensibilizado passou a programar o combate ou o controle à erosão, com rigor.

Para levar avante a nova frente de trabalho, foi criada a Superintendência do Combate à Erosão no Paraná, a SUCEPAR, órgão vinculado à Secretaria do Interior, cabendo a sua direção ao Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo.

A eficiência do dinâmico superintendente e de sua equipe, se verifica nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos em diversos municípios paranaenses, especialmente, situados no Norte e Noroeste. Os investimentos correspondentes a obras executadas ou contratadas elevam-se a mais de um bilhão e cem milhões de cruzeiros, referentes a mais de uma centena de convênios celebrados com Prefeituras Municipais.

Assim, como testemunha do vivo interesse do Governo Jayme Canet Júnior e minimizar o mal e representando, também, o pensamento das administrações municipais de Iporã e Tuneiras do Oeste, renovo, desta tribuna, os cumprimentos à operosa equipe liderada pelo eminente Dr. Rolf Lunkmoss de Christo que, realmente, tem se dedicado a alcançar os objetivos propostos com a organização da SUCEPAR.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, sexto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano passado, mês de março, nós tivemos oportunidade de, nesta Casa, apresentarmos o requerimento para que se instalasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os assuntos relacionados com a publicidade oficial.

Passado um ano, nós voltamos a esta tribuna para lermos o editorial do "O Estado do Paraná", jornal de tradição deste Estado, no dia 8 de maio de 1977. Editorial que tem o nome "TAL QUAL LEON PERES" e, para constar nos Anais da Casa, neste momento, irei ler:

"Há mais de um ano desde os derradeiros dias de março do ano passado — "O Estado do Paraná" enfrenta um boicote publicitário, ordenado e executado pessoalmente pelo Senhor Jayme Canet Júnior. Acreditando que o dinheiro público é propriedade sua, o Governador vem manipulando discricionariamente as verbas destinadas à propaganda oficial.

E, por consequência, malversionando-as. Talvez imagine, ou imaginasse no dia em que anunciou de público, o boicote que com a violência da medida pudesse calar ou tornar dócil aos seus interesses, que nem sempre são os do Paraná, a opinião deste jornal.

Pouco afeito a exercícios intelectuais, e por isso desconhecendo as lições da História, o Sr. Canet comanda há treze meses a mais sórdida campanha de opressão contra "O Estado", numa tentativa fútil de cerceamento da liberdade de imprensa. Aliás, um projeto já ambicionado, em passado muito recente, pelo então Governador Haroldo Leon Peres. Este, procurou esmagar "O Estado", chegando a convencer as autoridades federais a implantar a censura prévia dentro da redação, para poder se assenhorar do tesouro público. Aquele, o que pretende? O silêncio sobre o escândalo da Ferraz de Campos? Leon Peres não passou dos nove meses de governo; pilhado em flagrante, acabou apeado do Palácio Iguaçu.

O boicote contra este jornal é fato público. No dia 27 de março do ano passado, durante entrevista coletiva convocada pela assessoria de imprensa do Palácio, o Sr. Jayme Canet Júnior anunciou o rompimento não só com "O Estado" como também as televisões Iguaçu e Tibagi.

Despudoradamente, justificou-se com as seguintes palavras: "Em contato com arenistas do Interior paranaense, sentimos

um descontentamento com relação aos órgãos de imprensa do Sr. Pimentel, que estavam prejudicando a estrutura partidária. Não posso concordar que essas empresas prejudiquem o Partido, acobertadas por interesses pessoais."

O Sr. Canet confundiu política com imprensa, dinheiro público com dinheiro seu. Institucionalizou no Paraná a mídia política, cortando da programação de anúncios a imprensa independente.

A partir do dia 27 de março de 76 estava oficialmente decretado o boicote contra "O Estado".

Anúncios já programados foram cancelados, inclusive um de extremo interesse público, convocando a população para a vacinação contra a meningite. Todos os órgãos do Governo, empresas de economia mista e autarquias do Estado receberam ordem pessoal do Governador Jayme Canet Júnior para cortar até simples editais, avisos, anúncios institucionais. E assim foi feito e assim perdura até esta data.

Temos conhecimento de que algumas empresas do Estado e agências de propaganda que atendem contas de repartições do Governo procuravam convencer o Palácio Iguaçu da insensatez da medida com argumentos convincentes e incontestáveis: poder de comunicação de "O Estado" e do nosso vespertino "Tribuna do Paraná"; a circulação deste jornal, o único cobrindo o território estadual; a vendagem comprovada pelo Instituto Verificador de Circulação; a faixa de leitores atingida e o conceito criado no quarto de século de existência do "O Estado". Mas, o Sr. Canet Júnior manteve a ordem e foi mais longe: passou a pressionar outras áreas, fornecedores do Estado, a iniciativa privada.

Na área federal, órgãos chefiados por paranaenses ligados à corrente do Ministro Ney Braga aderiram à pressão e endossaram o boicote. A Caixa Econômica Federal, então presidida por Karlos Rischbieter, suspendeu os anúncios, idem o Banco Nacional de Habitação do Sr. Maurício Schulmann etc.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta informar ao nobre orador que o tempo de que dispunha esgotou, e lhe concede um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado.

"Treze meses de perseguição econômica não amoleceram este jornal. E nem outros trezentos — os nossos leitores sabem disso — irão conseguir alterar uma linha, uma palavra de nossa opinião. A vida de "O Estado" foi forçada na luta. Nasceu, em 1951 para combater o Governo Lupion. E cresceu no combate a administrações corruptas, denunciando corruptos, ajudando a afastar, quando não afastando sozinho, as excrescências que às vezes surgem na vida pública.

Responsabilizamos o Governador Jayme Canet Júnior pelo boicote ao qual estamos submetidos. Denunciamos hoje publicamente ao Paraná e ao Brasil, a pressão sordida, a discricionária mídia política da propaganda paga com o dinheiro do povo. Apontamos o senhor Jayme Canet Júnior como executor de uma campanha que visa ao cerceamento da liberdade de imprensa, assegurada pela "Declaração dos Direitos Humanos", subscrita pelo Brasil".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente um ano da CPI que tratou dos assuntos relacionados com a imprensa e contamos com as manchetes negativas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, sétimo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de hoje traz as notícias que envolvem o Senador mais votado na história brasileira, o eminente Senador Orestes Quêrcia de São Paulo, veiculando notícias de um possível enriquecimento ilícito por parte daquele homem público. Realmente é de se estranhar que a Comissão Geral de Investigações, esta Comissão criada por lei, instituída pela Revolução para apurar os casos de corrupção e enriquecimento ilícito,

vem agora fazer graves acusações a um Senador da República.

Não quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, patrocinar a defesa de Orestes Quêrcia que pode vir a ser até culpado. O que eu quero analisar é a diferenciação de comportamento entre este homem que pertence ao meu Partido e a diferença de comportamento de Parlamentares do Partido da Situação que negam o direito àqueles que querem que façam só oposição nesta terra, impedindo de se fazer uma investigação e ao menos de se ouvir um dos ministros que é acusado pela Oposição de dar verbas vultosas do dinheiro público, a firmas falidas desta Nação.

Que Governo é este, pergunto eu, que quer que um Partido não conteste o regime, que faça oposição? E quando se procura investigar, o comportamento de um Ministro que autoriza pessoalmente a concessão de uma verba de mais de 350 milhões de cruzeiros, é negado o direito à oposição de questioná-lo num Parlamento?

Que situação é esta, pergunto eu em que um homem da oposição, sigilosamente, secretamente, através de uma Comissão Geral de Investigações, tem a sua vida vasculhada, como vasculhada está sendo a Igreja Católica nesta terra até da vida particular dos bispos brasileiros.

Eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: pergunto, reproduzindo uma frase do Presidente do Partido Situacionista: Que País é este? Em que os homens públicos não têm mais a garantia até da sua vida particular? Até da sua segurança com a família? Mas me louvo, engrandece o Senador Orestes Quêrcia, o meu partido a se despir e se despojar das raquíticas imunidades parlamentares, que os legisladores ainda têm E ao abrir mão, se dispõe a debater com as autoridades para investigar a sua vida particular. Só quisera, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste País que vivo, que imitassem o exemplo de Orestes Quêrcia muitos Ministros que aí estão; muitos Presidentes de Companhias Estatais, de Economia Mista. Que abrissem para que a Oposição pudesse investigar. Aí valeria a pena ser oposição neste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Otássio Pereira, oitavo orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O líder do Governo na Câmara dos Deputados, Sr. José Bonifácio, referindo-se às manifestações estudantis, afirmou serem elas resultado de maus professores e refeições ruins.

Que este País está cheio de avestruzes, todo mundo sabe. Afinal, é muito mais cômodo tentar acalmar os reclamos da consciência com um bode expiatório, do que fazer o levantamento das causas profundas, próximas e remotas, das manifestações coletivas, cuja válvula de escape sempre tem sido estudantes. Eles são antenas vibráteis da sociedade, as antenas captadoras dos sinais de alarme, ainda que, muitas vezes, imperceptíveis às sentinelas avançadas.

Os estudantes são sensíveis, em todas as partes do mundo, aos fenômenos sociais e políticos. Às vezes, mergulham-se neles de corpo e alma e até perdem a noção de equilíbrio.

De certa forma, isso é natural, pois desejam moldar o mundo à sua feição, aos seus anseios, que não podem ser confundidos com os daqueles que estão para sair da vida, ou que já encontraram o seu mundo. Não se deve perder de vista que eles estão chegando à existência.

Seria infantil imaginar que os estudantes brasileiros fossem diferentes, que não se mostrassem sensíveis aos mesmos fenômenos.

Desagrada-nos ouvir até de pessoas respeitáveis, pois quase sempre detentoras de parcelas de autoridade, que os estudantes são subversivos, ou que só querem baderna. Além de receberem ignorância ou má fé, colocam-se contra si mesmos, pois muitos deles, quando estudantes, também foram às ruas para reclamar contra alguma coisa. E é claro que não gostaram da maneira como foram tratados pelos detentores do poder.

Será que os estudantes estão protestando, apenas porque alguns professores são incapazes, ou porque a comida não presta?

Ou o Líder do Governo, escondendo a cabeça na areia do descarte de aulas ruins e refeições péssimas, ignorou que seu enorme corpo, pois se estende por todo o território nacional, não ficaria vulnerável aos dardos da inteligência dos brasileiros que colocam, acima de qualquer coisa, o amor à Pátria e à verdade e não estão inclinados a assistir de braços cruzados a essa triste comédia de mais uma "avestruzada" do Sr. José Bonifácio?

Está na hora do ilustre parlamentar fazer uma reflexão a respeito da natureza do homem e a respeito de que todas as conquistas sociais só foram conseguidas com luta.

A história do homem mostra que o progresso só se tem feito mediante lutas, e o progresso social, especialmente, só se tem dado porque os homens têm lutado.

A Lei das 12 Tábuas só foi possível, porque os plebeus ameaçaram abandonar Roma.

Não concordamos com as afirmações do líder governamental porque elas são totalmente desfalcadas de razão.

As causas da revolta dos estudantes são, entre outras, o "pacote" de abril.

Ali foram, castradas as esperanças de todos quantos aspiravam ver a implantação de um sistema político democrático em nossa Pátria. mesmo sob um prisma gradual.

Achamos não ser segredo para ninguém, ainda continuar viva na alma da gente brasileira a vontade de escolher seus governantes.

E o "pacote" de abril veio eliminar essa possibilidade com a implantação da ditadura do partido único.

É até ridículo afirmar que as reformas de abril tiveram outro objetivo que não o de garantir a vitória em todas as eleições do partido oficial.

Não estamos sendo levianos, pois foi o próprio Presidente da República que disse a toda a Nação, quando da recusa do Congresso em aprovar a reforma do Judiciário.

Afirmou ele que era preciso fazer com que o Brasil não tivesse mais crises, de dois em dois anos, ou de ano em ano.

Ficamos sabendo de seus critérios de eliminação das crises, quando tivemos conhecimento das chamadas reformas políticas.

A intenção é tão clara, que dispensa comentários. Na visão do Chefe do Governo a eliminação das crises estava apenas na conciliação do Partido único.

É claro que isso é primário, mas, se não houvesse primarismo em muitos homens responsáveis pela autoridade, não haveria tanta incompreensão. E o mundo não viveria entre uma tensão e outra.

Porém, a consequência daquele gesto impensado já está começando a produzir seus efeitos, traduzidos na revolta dos estudantes.

Não adianta tentar esmagar os estudantes. **A História mostra que eles não são esmagáveis.** E mesmo que isso fosse possível, outras forças tomariam seus lugares. É só consultar os anais da humanidade para ver.

Se o Governo deseja reconciliar a Nação consigo mesmo, esse não é o caminho.

O meio de chegar lá é tratando seus concidadãos com respeito e com igualdade de direito.

É a única via. Mas torcer dispositivos legais com o único objetivo de garantir a **perpetuidade** de um partido na condução do País, é izar a bandeira de guerra, essa coisa que ninguém deseja, mas que não se tomam os meios para evitá-los.

Ao contrário, faz-se de tudo para levar os que não comungam com o mesmo pensamento ao paroxismo de loucuras. As coisas não acontecem por acaso.

Por isso, aqui deixamos nosso apelo no sentido de tratar com mais amor as coisas públicas, ter mais amor a esta terra,

que é nossa mãe comum. Quanto à afirmação do Sr. José Bonifácio, de que há professores ruins, a culpa é do próprio Governo, pois qual é o critério de preenchimento de vagas nas Universidades?

Estabeleçam concursos abertos para valer e muitas das distorções atuais desaparecerão.

No processo de seleção aberta, em geral, os mais capazes vencem.

Mas não é só. É necessário que não se perca de vista que o professor, como qualquer outro ser humano, precisa ter parte dos seus sonhos realizados.

É preciso pensar também na remuneração que se lhe oferece.

Quanto à refeição precária, chega a raiar pela **ridicularia**, a afirmação do Sr. José Bonifácio, pois quem é que controla tudo? Não é o Governo? Pois compete a ele sanar esses males.

No seu zelo em defender o Governo, o Sr. José Bonifácio chega a não ver essas incoerências.

É lamentável que tenhamos chegado a tanto, mas os fatos estão aí para quem tiver olhos para ver".

O nobre Deputado Gabriel Manoel tem o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço, Deputado.

É apenas para congratular-me com V. Exa. pela sua combatividade e para dizer a V. Exa. e ao povo do Paraná que quando se fala em guerras fratricidas, quando se fala de lutas de irmãos contra irmãos, vemos este País querido, este País representado por esta bandeira auri verde pendão da esperança.

Vemos este País em mãos seguras seguindo pelo mar da tranqüilidade.

Vemos 12, 13 ou 14 anos de revolução sem que houvesse uma greve sequer.

Sem que os irmãos lutassem contra outros irmãos sem um fator, sem uma direção definida a não ser pela demagogia.

Quando pensamos, Deputado Otássio Pereira no nosso passado, no passado de 1964 em que o nosso querido Brasil, a nossa querida Pátria, a Terra de Santa Cruz, estava à beira do abismo e à beira do caos.

Talvez, ilustre Deputado, esta não seja a melhor fórmula, mas é a fórmula que há de dar aos estudantes queridos do Brasil, a tranqüilidade para que eles possam completar os seus cursos.

Ao contrário do que acontece na Tailândia, na Arábia, onde em vez de se dar livros aos estudantes, estes são substituídos por armas que são distribuídas aos menores e às mulheres.

E talvez, Sr. Deputado, seja este o raciocínio do Líder José Bonifácio, talvez seja a vontade do Presidente Geisel.

E talvez, seja, Sr. Deputado, a vontade de V. Exa. e de todas as forças representativas do Paraná e do Brasil.

Nós queremos dizer a V. Exa. que talvez não seja a melhor fórmula, mas é a única que pode trazer ao Brasil, em futuro bem próximo, a democracia plena e a tranqüilidade.

Esta tranqüilidade que não existe na Argentina.

Então, Sr. Deputado, V. Exa. dentro de seus raciocínio está precipitando, procurando jogar os estudantes contra o Governo. E isto não há de acontecer.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte de colaboração que V. Exa. dá ao meu despretencioso pronunciamento.

De fato, V. Exa. tem muita razão em dizer agora que de 64 para cá todos os problemas foram resolvidos.

O povo não passa mais fome, nobre Deputado. As crianças estão todas nas escolas.

O custo de vida não subiu, nobre Deputado. O melhor meio hoje é o indivíduo retirar o dinheiro da caderneta de poupança e empregar este mesmo dinheiro no custo de vida

porque este está dando 4,2 por cento.

V. Exa. tem razão. O povo está muito satisfeito com a vida que está levando.

O arroz não subiu, o feijão não subiu, a banha não subiu. O sabão não subiu. O aluguel não subiu. Melhorou a situação do brasileiro.

Agradeço o aparte de V. Exa. (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini. (ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz (declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem eminente parlamentar do Partido Situacionista se fez presente à tribuna, na Casa do Povo, para tecer críticas injustas à administração municipal de minha cidade, à administração municipal de Londrina.

Parece que cada Parlamento tem o José Bonifácio que merece.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a administração municipal de Londrina foi acusada de não ter posto à disposição do Estado do Paraná, do rico pai dos municípios paranaenses empobrecidos de meu Estado, uma área em que seria edificada um número de salas de aula para atendimento às crianças de minha terra.

O município de Londrina, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de não ter a obrigação porque o pai rico, o Governo paranaense, continua exigindo do filho pobre, continua a exigir dos municípios de nosso Estado, sacrifícios que não mais aos municípios pode se impor.

A Rodovia do Café, para nós é a estrada do vem e não volta; a arrecadação vem para a Capital e aqui permanece, na ordem de 84 a 90 por cento e os municípios vão se empobrecendo no Interior, e o Governo municipalista tem que fazer milagres.

E parece que Londrina é terra de milagres, porque o Estado do Paraná tem obtido todas as áreas que tem solicitado para a edificação de grupos escolares.

Lá em nossa terra, criança não tem partido político; em nosso município a criança não é nem da ARENA e nem do MDB, as crianças são vistas, são olhadas com carinho e com preocupação pelo Governo municipal.

No ano de 1975, apresentamos um projeto de lei que visava o saneamento de irregularidades relacionadas à doação de áreas, 10 áreas que o município havia doado ao Estado do Paraná, propondo a permuta, visto que havíamos construído, na administração de Dalton Paranguá, o Moringão. Isto, por ter fé e confiança à palavra do Governador de então, que se compromissou de fazer a doação e a transferência da área.

O Sr. Governador do Estado vetou este projeto de lei, a Casa manteve o veto, diante do compromisso de S. Exa. de encaminhar a este Parlamento, projeto com o mesmo objetivo, que até hoje para cá não veio, que até hoje a esta Casa de Leis não chegou.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por conhecer bem o Prefeito de Londrina, quero assegurar a esta Casa e ao Paraná de que, mesmo não tendo por obrigação o município paranaense, doar a área para o Estado, poder economicamente fortalecer, a administração municipal de Londrina o fará sempre que possível e com grande prazer, para dar a educação que o Estado do Paraná e nesta grande Nação se tem negado à grande maioria do povo brasileiro.

Mas, as críticas maiores foram feitas relacionadas ao setor esportivo, dizendo, então o eminente Deputado que, infelizmente, está ausente na oportunidade, neste Plenário, que falava em nome de alguns professores; e, para surpresa minha, vejo hoje no jornal oficial dos professores que é impresso em

minha terra, que em nome do magistério daquela cidade, o eminente Deputado não pode falar porque tem ferido, porque tem prejudicado, porque tem injustificado mestres cujo valor é incontestável em nossa cidade e em nosso Estado.

Estampa este jornal a assertiva, a afirmativa do eminente Deputado, é absolutamente válido trocar de cargos as pessoas que não sejam políticas, que não defendam o Governo; fizemos isto na inspetoria em Londrina; pretendemos fazer em todas as escolas, se alguém tiver algumas sugestões para trocar pessoas, pode dizer que eu vou procurar o Governo e sugerir a troca.

Afirmativa do eminente Deputado, publicada em jornal O PANORAMA de nossa cidade e hoje reprisado no jornal do magistério paranaense, O ATALHO.

Mas foi acusada a administração municipal através da autarquia competente de não ter-se feito representar nos jogos estudantis realizados no Município de Apucarana.

A AMETUR, dirigida pelo eminente companheiro, homem que conhece de esportes, Osvaldo Meritan, há algumas semanas, por ouvir dizer que se realizariam no Paraná os jogos estudantis programados para Apucarana, solicitou ao DEF o regulamento dessa competição e informações necessárias para que pudesse se situar na autarquia que preside e dirige.

O Sr. Valdemar Gonçalves, diretor do Departamento de Educação Física e Desportos, o homem responsável pelo setor no Estado do Paraná, respondeu que não tinha regulamento; convite nenhum enviou ao Município de Londrina para participar dos jogos estudantis e o Diretor Presidente daquela autarquia, em tese, acreditava que era responsabilidade da Inspeção de Ensino a organização das equipes que se encontram sob o comando, sob a sua orientação.

E o município de Londrina não foi convocado, não foi convidado e por isso através da AMETUR, mesmo sem ter obrigação não conhecendo regulamento dos jogos programados, não se fez representar.

E a Inspeção de Ensino que tem o poder para dispensar o atleta estudante das aulas, então, através de um seu trabalho levou atletas londrinenses, estudantes de nossa terra, para participar desses jogos estudantis realizados em Apucarana.

O Deputado afirmou que no setor esportivo em Londrina, nada se realiza.

A 180. Inspeção de Ensino em nossa cidade, promove os jogos estudantis de Londrina, cuja abertura contou com a presença do Sr. Secretário da Educação, Borsari Neto.

Lá esteve o Sr. Secretário da Educação para participar da sessão solene, para participar do festejo de inauguração e abertura dos jogos abertos de Londrina.

Ali sim, a Inspeção solicitou a participação do município de Londrina e a AMETUR, sem poder dispor de tamanhos recursos, abriu as suas portas e ofereceu todos os troféus e medalhas e a ajuda necessária que ficou em torno de Cr\$ 70.000,00.

Para os jogos estudantis que se realizam em nossa cidade, e que deverá prosseguir até o mês de junho, o Sr. Valdemar Gonçalves, Diretor responsável pelas passadas do DEF, não tem ido à nossa cidade, não tem ido à nossa região.

Para se lhe fazer justiça esteve em Londrina tão somente, quando da realização do jogo Londrina e Fluminense, assistindo aquela partida que despertou o interesse de toda a região.

Mas, o Governo do Estado do Paraná, que há muito tempo não constroi uma quadra para as crianças, preocupação do eminente Deputado, praticar o esporte em minha terra.

Mas, o complexo escolar Gabriel Martins que também não tem praça de esportes está utilizando quadras da autarquia municipal de esportes, quadra edificada pelo Município de Londrina.

O Grupo Escolar João Sampaio, também faz a sua educação física no Estádio Municipal da Vila Santa Therezinha, e assim por diante.

Londrina, Srs. Deputados, é uma das únicas, ou uma das poucas cidades, melhor dizendo, do Paraná, que promove as ruas de recreio aos domingos.

Preocupada que está a administração municipal com os esportes amadores.

Com relação à preocupação do eminente Deputado, que se Londrina não participasse dos jogos estudantis, não poderia participar dos jogos abertos do Paraná.

Esta é uma denúncia que quero fazer nesta Casa, porque Londrina, se persistir um regulamento e a orientação que o Diretor do DEF vem dando aos jogos abertos do Paraná, a minha cidade não participará dos jogos abertos.

Os jogos abertos do Paraná, eminente Deputado Dácio Leonel, ele nasceu em nossa terra, ele foi criado em Londrina pelo Sr. Mário Fugantes, por Galhardo Maranhão, por Diolindo Costa, que foi ou é seu sócio, sócio e amigo, pelo Professor Reynaldo Ramon, pelo hoje, Diretor-Presidente da AMETUR, Dr. Oswaldo de Jesus Militão, e pelo falecido Luiz Menezes no ano de 1957.

Mas, nos últimos anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o DEF vem profissionalizando os jogos abertos do Paraná, a cidade de Curitiba não mais participa desses jogos há aproximadamente 5 anos.

Muitos municípios anunciam a sua não participação neste ano, se permanecer a orientação que não mais se exige, o estágio do atleta no município que representará pelo prazo de um ano e quatro meses.

Consta, Srs. Deputados, do currículo do Corinthians paulista, campeão dos jogos abertos do Paraná, pois teve a sua equipe contratada para representar o município de Mandaguçu com a sua equipe de voleibol.

Transformaram os jogos abertos do Paraná em uma verdadeira corrida, em busca de profissionais nos grandes centros, nas capitais.

Cada município, sem incentivar o desporto amador de sua terra, sem dar esporte a essas crianças, sem dar esporte à juventude paranaense, resolve de imediato seu problema relacionado à representação da sua cidade, nos jogos abertos do Paraná, com a contratação de profissionais para representá-los.

Em busca da moralização dos jogos abertos do Paraná criado em minha terra, deu sinal de protesto, anunciamos desta tribuna, que a nossa cidade não participará dos próximos jogos abertos do Paraná.

Se as exigências se a forma de orientação não for modificada no DEF, setor competente e responsável por essa promoção.

Com relação, Sr. Presidente, Srs. Deputados à insinuação feita de que o Moringão, a praça esportiva municipal de minha terra; talvez existisse tão somente para promoção de carnaval e shows.

Nós queremos lembrar ao eminente Deputado desinformado, certamente, de que lá se promoveu, realmente o último carnaval.

E a entidade promotora foi justamente a Liga Londrinense de Futebol de Salão, que está buscando recursos para a construção de sua quadra esportiva própria.

Que promoveu 4 noites, proporcionando a um razoável preço a oportunidade de que londrinenses mesmos abastados, pudessem viver a alegria ao menos no carnaval, porque fora dele é difícil.

E também, com duas matinés, para as crianças, gratuitamente.

E perto de 10 mil crianças filhos de trabalhadores, de obreiros da nossa cidade, compareceram ao Moringão para festejar nas duas matinés, o carnaval que passava.

A Liga Londrinense de Futebol de Salão, Amadora, em nossa cidade, foi a promotora destas festas.

O Moringão está aberto o dia todo. Se criou a escolinha

para o futebol, para o volei, para o basquete, enfim para todas as modalidades de esportes.

Nós esperamos, que os homens que têm os recursos, os grandes recursos, despertem a sua atenção para dar atendimento àquela cidade, àquela região, ao interior do Paraná que precisa de homens que venham à tribuna para defender os seus direitos, que estão sendo desrespeitados, descumpridos e relegados a um segundo plano.

O Governo do Estado do Paraná não tem feito justiça à minha terra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência comunica a V. Exa. que o tempo no Grande Expediente se esgotou. Todavia consulta o eminente Líder do MDB, Trajano Bastos, se lhe concede o tempo reservado ao MDB para que V. Exa. possa continuar.

O SR. TRAJANO BASTOS — O Deputado que está na tribuna poderá usar o tempo destinado à liderança do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência agradece e devolve a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DLE CIEL — Eu agradeço ao Sr. Presidente, assim como ao eminente líder de minha bancada, Deputado Trajano Bastos, pela concessão de alguns minutos do seu tempo, nesta oportunidade, quando procuraremos concluir com brevidade a nossa passagem por esta tribuna, nesta tarde.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Del Ciel, serei breve. Quero, neste aparte, apenas cumprimentá-lo pelo brilhantismo do seu pronunciamento, nesta tarde.

Dizer que todos estamos contentes, acredito que todos, ao vê-lo assomar esta tribuna para defender a sua cidade e a sua gente.

E acho que mais ninguém do que V. Exa. tem autoridade para fazê-lo, porque além de vice-Prefeito do Município de Londrina, ali obteve na eleição legislativa, 15 mil votos, o que o autoriza a fazer com maior autoridade do que um Deputado rancoroso que obteve na segunda tentativa, uns poucos 3 mil votos.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte do grande companheiro,

Deputado Osvaldo Macedo e os elogios recebo, da sua bondade e da nossa grande amizade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu dizia que o Paraná aguarda que volte a Rodovia do Café a ser a rodovia de vem e volta.

Que os recursos que afluem daqui do interior sejam devolvidos à nossa comunidade.

As crianças estão esparramadas pelo Paraná sem a oportunidade de acesso aos estabelecimentos de ensino.

NA CPI da Educação pudemos relatar que havia estabelecimentos de ensino edificadas com paus de bambu e cobertos de sapé, em municípios mais pobres como era o caso de Ortigueira até então.

O presente está comprometido. Se despertarmos agora, poderemos salvar o futuro.

Vamos salvar o futuro voltando a nossa atenção e a atenção dos homens responsáveis pela direção dos poderes, principalmente do Poder Executivo de nosso Estado e de nossa Nação, para as crianças paranaenses, para as crianças brasileiras, que quando atingem a idade escolar estão, em sua grande maioria, sendo conduzidas ao campo.

Já juvenzinhas transformadas em "boias frias" para ajudar o pai a tentar ganhar o pão de cada dia no campo, em sua luta diária, em sua luta mal remunerada, na sua luta insana e sem reconhecimento dos homens que governam esta Nação, dos homens que dirigem este Estado.

Vamos salvar o futuro. Que o Governo cumpra ao menos com uma parcela de sua obrigação para com todos os municípios paranaenses.

Em Londrina, pelo seu porte, pela sua estrutura, pela sua capacidade de investimento, temos nos socorrido como podemos; temos feito o possível para dar o atendimento no setor escolar, onde o município responde por mais de 70 por cento das escolas municipais que lá existem, sofrendo, os cofres públicos municipais, um grande encargo, uma grande participação e cuja competência era do Estado do Paraná.

Quero, aproveitando a oportunidade da presença do eminente Deputado Dácio Leonel, que possivelmente esteja me ouvindo de seu gabinete, dizer que em Londrina se realizará no próximo sábado — e ficaremos honrados se pudermos contar com a presença dos eminentes Deputados, especialmente do Deputado Dácio Leonel — a abertura dos Jogos Abertos de Londrina, contando com a participação de dez cidades do Estado do Paraná, entre as quais cidades expressivas como o município de Maringá.

Participarão dez equipes amadoras, não compostas de profissionais, como vem ocorrendo nos jogos abertos do Paraná.

Dez equipes amadoras de nossa cidade, e possivelmente, em apresentação especial, lá estejam representados os jovens do Fluminense do Rio de Janeiro, com sua equipe de esgrima, amadora, para exibição aos londrinenses e à toda região do Norte do Paraná.

Assim sendo, esperamos ter esclarecido a esta Casa e ter alertado o Paraná, não aceitando as denúncias e as críticas injustas.

Procuramos mostrar, que em nossa terra, a administração tem seus interesses voltados para os problemas de nosso povo, o que não acontecia até os idos de 68, quando a cidade era dirigida pelos udenistas rancorosos e quando a cidade era mal administrada e se fazia política tão somente na calada da noite.

De lá até a data de hoje, quando o MDB assumiu o Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, começamos a esparramar escolas por todos os bairros e distritos de nossa cidade.

Em cada bairro, em cada conjunto de bairro e de vila de nossa cidade, edificamos uma praça esportiva.

Dando escola e esporte, cuidando da mente e da saúde da criança londrinense.

Esperamos que os recursos da Loteria Esportiva e sabe lá o povo brasileiro para onde tem ido, também sejam aplicados em nossa cidade, no Interior do Paraná.

Esperamos que o Governo paranaense, liderado por S. Exa. Sr. Jayme Canet Júnior, desperte a sua atenção e dê ao Interior do Estado, a atenção que merece, que aguarda, que tem direito.

Era esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o modesto pronunciamento para se restabelecer a justiça na conceituação do povo paranaense, relacionada à administração municipal de minha cidade, que queria fazer nesta oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Restam 7 minutos do tempo reservado ao MDB, consulto a Liderança se deseja usá-lo.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares se deseja ocupar o espaço que é reservado à Liderança da ARENA?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Concedo ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Tem a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Cumpre-nos inicialmente, desta tribuna, tributar aqui a minha gratidão muito profunda ao eminente Deputado Del Ciel, pela expressão comovente que usou da tribuna, ao dizer que “cada Parlamento tem o José Bonifácio que merece”.

E agradeço, da mesma forma, o não menos ilustre Deputado Osvaldo Macedo pela magnífica expressão “Deputado rancoroso”.

Mas, devo dizer a V. Exas. que pretendo continuar. Se para defender o interesse do ensino, da criança e da educação, se para isso eu precisar passar por “José Bonifácio”, ou por “Deputado rancoroso”, o farei com muita felicidade, porque só houve quase que só xingamentos, críticas, desabafos, mas não ouvi aquilo que queria ouvir, positivamente que o Prefeito de Londrina vai doar a faixa de terra à leste de onde se encontra o Grupo Gabriel Sampaio para que a FUNDEPAR possa construir, com os recursos que lhe foram repassados pelo FAS.

É apenas isso que quero.

É apenas isso e nada mais que isso.

Porque, não sou eu que reclamo. E dizia ontem, num aparte ao eminente Deputado Enéas Faria que, no meu pronunciamento, de que, em meu pronunciamento, em momento algum, falei no nome do Prefeito, em momento algum falei no nome dos ilustres Parlamentares do MDB de minha cidade, em momento algum fiz ligação de siglas partidárias, apenas fiz apelos, apenas lamentei, apenas disse que esperava a solução que o Jardim dos Bancários espera, que os moradores da Vila Récreio esperam, que a Prefeitura tome essas providências.

O eminente Deputado fez alusão a um projeto de lei que S. Exa. apresentou nesta Casa para que fossem imóveis do município e do Estado permutados, imóveis do município utilizados e ocupados com próprios do Estado, e o imóvel do Estado, onde o Prefeito Dalton Paranaguá construiu o Ginásio de Esportes do Moringão.

Esse projeto de lei foi aprovado por esta Casa e vetado pelo Sr. Governador, sob a alegação de que, entre os imóveis ali descritos como sendo do município, dois deles pertenciam, na verdade, ao Estado do Paraná.

Não era esse o objetivo, eu entendo que na hora da criança, na hora que temos na Fundepar recursos para construção de unidades escolares, na hora que temos um projeto magnífico com oito salas de aula com direção, com sanitários, com casa de zelador, tudo em alvenaria, não se pode falar em Arena e MDB.

Que nesta hora não se pode falar a que Partido pertence a criança.

Nesta hora, deveremos, isto sim, procurar a solução.

Não trouxe de princípio, problema para esta tribuna. Conversei em Londrina, inclusive com parlamentares, com vereadores da própria Oposição.

Estive com o Presidente Cláudio de Almeida e Silva e ele que confirme, fazendo-lhe um apelo, que como Presidente do Legislativo londrinense, fosse ao Prefeito e fizesse um empenho.

Explicasse ao Prefeito que o problema não era o Partido, o problema era a criança, o problema era o estudante.

E a Fundepar que encaminhou dois ofícios à Prefeitura de Londrina, solicitando a doação das áreas, única forma para que se possam ser utilizados os recursos do FAAS, até hoje sequer recebeu resposta.

Continua esperando e continua insistindo. Dr. Adiovaldo Cato, engenheiro da Fundepar, esteve em Londrina, ainda no final do mandato do Prefeito José Richa, tentando, por todas as formas, a solução do problema. E que resposta recebo?

Recebo a resposta dizendo que a autarquia ajudou os estudantes?

Recebo apenas a informação de que a autarquia não sabia.

Informação que confesso não é verdadeira.

Porque a informação me foi dada pelos professores cujos nomes mencionei e gostaria que fossem tidos como mentirosos no caso. Os professores. Nédio Domingues, Gilson Vidal Moraes, Marival Mazzio, Angelo Takahara, Edson Campos,

Kazushige Tenno, Carlos Vidal me contaram que estiveram na autarquia e lutaram para conseguir pelo menos condução e uniformes para que os estudantes de Londrina pudessem participar dos jogos estudantis.

Mas não conseguiram nada.

A alegação foi apenas que a autarquia não tinha nada a ver com a efetivação, não dos jogos estudantis, mas, ninguém falou aqui que o Prefeito de Londrina encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei, que tenham cópia dele. Documentado pela Câmara Municipal de Londrina, pedindo 530 milhões para fazer em Londrina o concurso de "Miss Paraná" e que depois retirou porque a sua própria bancada deu parecer contrário.

Sobre isso não se falou.

Sobre isso não se pretendeu.

Mas se pretendeu aqui falar a respeito de um jornaleco, de um pasquim, que existe em Londrina, chamado "O Atalho", um pasquim que é uma ninhada de subversivos; um pasquim cuja única finalidade - qualquer um dos Srs. leia, só tem um objetivo; é pichar os homens da Arena, pichar o Governador, pichar o Secretário de Educação, pichar o Ministro da Educação.

Que se leia este jornal, que se verifiquem, em cada página, a preocupação é agredir alguém.

A preocupação é sempre agredir aqueles que pertencem à ARENA, ou seja, é um jornaleco feito com direção, é um jornaleco que tem aquele objetivo precípua.

Mas eu lamento, Sr. Presidente, que tenha que voltar à tribuna, porque vi tanta coisa, mas não ouvi nada. Continua esperando a resposta que as crianças de Londrina querem. Que os pais daquelas crianças querem. A resposta de que o município vai doar área de terras e que poderemos construir ali, através da Fundepar, e com recursos do FAAS, a nova unidade escolar de Gabriel Martins Carneiro.

É apenas isto que estamos esperando. Aquela construção e a construção de Eurídes Cunha. Porque acho que não se pode falar nesta hora se deveremos ou não fazer permutas de outros imóveis.

Acho que o objetivo precípua agora é dar atendimento a aquelas crianças para não se dizer que continua havendo crianças sem escola.

São estes os tópicos principais. Porque quanto às críticas, honestamente, as que são feitas a mim, prefiro não respondê-las. Porque fiquei até desencorajado, desestimulado quando percebi que companheiros desta Casa usavam expressões que, me parece, não estão muito de acordo com o pensamento que deveriam ter pelo menos com um colega que tem mantido o respeito e a decência nesta tribuna.

Porque aqueles que me ouviram hoje, aqueles que me ouviram ontem e as notas taquigráficas estão ali, não fiz nenhuma alusão a nenhum nome, a nenhum dos companheiros. Não fiz alusão ao Prefeito. Não fiz alusão a partido político, eu apenas vim lamentar, vim chorar na tribuna, pela criança, porque tinha convencimento, tinha esperança de que a minha palavra pudesse talvez traumatizar alguém e fazer, quem sabe, que através daquela crítica, tivéssemos a solução, porque o que nós queremos, é a solução, se ela vier. E se puder, a FUNDEPAR, com recursos do FAS, construir uma nova unidade escolar de Gabriel Martins cuja verba está à disposição para a construção do prédio, se puder a FUNDEPAR construir as novas salas de aula da Eurídes Cunha, e se puderem os alunos de Londrina, no próximo ano e merecerem ir aos jogos abertos, com o amparo e o apoio da Prefeitura, eu me dou por satisfeito e honestamente, desculpem as expressões, faço com que as críticas a mim dirigidas sejam mandadas às favas, se melhor, sejam jogadas numa cesta de lixo.

Não me alongo, Sr. Presidente, porque prometi ao eminente Deputado Ezequias Losso que seria rapidíssimo,

porque ele também desejaria usar deste horário reservado à ARENA.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme estava programado e sem qualquer intervenção policial, realizou-se nesta manhã uma reunião de estudantes universitários, no pátio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Observou-se entretanto, que, de cerca de 30.000 universitários residentes em Curitiba, mais ou menos 250 estudantes e curiosos, compareceram. Número inexpressivo, sem dúvidas. E tão insignificante está o movimento que alguns procuram estimular, que somente dois Presidentes de Diretórios estiveram presentes. Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 98 por cento dos estudantes paranaenses não estão interessados em participar de tais manifestações. Contrário a elas, já se posicionaram publicamente diversas lideranças, dentre as quais a Direção da Casa do Estudante Universitário de Curitiba, Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias, Casa da Estudante Universitária de Curitiba, Lar da Acadêmica de Curitiba, Diretório Acadêmico dos Setores de Ciências, da Saúde, de Ciências Exatas, Formandos dos Cursos de Engenharia e do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná, além de outras entidades que representam a classe universitária no Estado do Paraná.

Conforme registram os noticiários da imprensa e nosso testemunho os estudantes paranaenses notadamente os que participam das atividades educativas, nas duas Universidades de Curitiba, como também professores e dirigentes de unidades de ensino superior receberam muito bem e deram ênfase ao documento do Minsitro Ney Braga resultante da fala pela televisão e rádio assim como o manifesto assinado pelos 55 Diretórios Acadêmicos encabeçados pelo Diretório Central dos Estudantes do Rio Grande do Sul, chegando até a citar trechos como aquela onde se afirma:

"... nos parece que os pretensos líderes estudantis que vêm se manifestando atualmente, não têm conhecimento dos fundamentos básicos da ciência política. Não conhecem, ou procuram confundir seus colegas para que iludidos com falsos brilhantes, sigam os oblatores do caos".

Talvez, por não reconhecerem legitimidade aos que se chamam de "representação universitária", os estudantes eram encontrados, na manhã de hoje, nas salas de aula, ou participando de atividades extra-curriculares, como apresentação de conjunto musical no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que o movimento configurado que, aliás, tem sido destacado nesta Casa, não se revestirá de êxito, pois o universitário paranaense não concordará em participar de atividades que sejam lideradas por pessoas que não pertençam ao seu meio. Se persistir o movimento estará derivando, pois não conta com o apoio dos verdadeiros universitários. Realmente a classe estudantil brasileira está conscientizado de seu papel em nossos dias, na construção de uma Nação sólida com a tecnologia avançada, com conhecimentos aprimorados e não participando de manifestações públicas que não tenham sentido.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja comunicar:

Primeiro, já estão publicadas e distribuídas, em avulso, as emendas constitucionais de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto.

A Mesa informa aos Srs. Deputados que, na forma do art. 197 do Regimento Interno, receberá emendas às propostas nas sessões dos dias de amanhã, sexta-feira, segunda-

feira e terça-feira, próximas, embora, a resolução estipule o prazo de três dias, a Presidência considera necessário a abertura de prazo de três sessões.

De outra forma, a Presidência, deseja também comunicar aos Srs. Deputados, dar como recebida, a emenda à Constituição do Estado apresentada pelo Sr. Deputado Eneás Faria com apoioamento constitucional, que pretende acrescentar ao artigo 41 da Constituição do Estado do Paraná, um § com a seguinte redação:—(Lê)

“É vedada a nomeação para os cargos previstos nos §§ 3o. 4o. e 5o., de Governador de Estado, de Secretário de Estado, de presidente e diretor de companhia de economia mista e empresa pública, nas quais o Estado tenha participação majoritária; de superintendente de fundação instituída pelo Poder Público Estadual, de diretor de autarquia e de quem exerça qualquer cargo ou função que o torne responsável por bens ou valores públicos, até um ano após a cessação da respectiva investitura”.

A Presidência determina ao Departamento Legislativo que se publique a íntegra da emenda no Diário da Assembléia, em avulso, para distribuição aos Srs. Deputados, após o que, abrirá o prazo para apresentação de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Eneás Faria, devidamente apoiada, lida da tribuna. **Será publicada no “Diário da Assembléia” e em avulso para distribuição aos Srs. Deputados.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 87/76, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que autoriza o Poder Executivo a denominar próprio estadual localizado na cidade de Castro, com o nome de “JOAQUIM ANACLETO DA FONSECA”. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CIP, por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 87/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de “JOAQUIM ANACLETO DA FONSECA”, a um prédio público estadual localizado no Município de Castro.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1976.

(a) Dácio Leonel.

JUSTIFICATIVA:

JOAQUIM ANACLETO DA FONSECA, gaúcho de nascimento, viveu na cidade de Castro e ali constituiu uma das mais numerosas e nobres famílias daquele município.

Foi ele o primeiro educador do município, pois antes dele, conforme pesquisas do saudoso historiador José Pedro Novaes Rosas, o ensino Primário na então Vila de Castro era nulo, verificando-se apenas a existência de algumas escolas particulares, com ensino deficiente e sem professores habilitados.

Em 1836 o prefeito de então no município de Castro, cidadão Joaquim José Borges, fez o seguinte apelo à Câmara

dos Vereadores: “A instrução primária seja por vós, senhores, classificada na ordem dos primeiros objetivos, digna da mais séria atenção, pois realmente se vós não vos empenhades na educação da mocidade, afastareis de vós a gratidão desta e as bênçãos da Pátria; que chuveiro de execrações não vos será preciso suportar pela negligência de um dever que constitui a felicidade humana e que, por conseqüência, a lei procura garantir desveladamente. É, portanto, de necessidade, que representeis ao Exmo. Governador Provincial, a urgência que se acha o município de um Mestre, ao menos de primeiras letras, ponderando que nem sequer há quem particularmente ensine, entretanto que a mocidade não é tão diminuta e, adiantada na carreira da civilização, muitos serviços poderá prestar ao bem público”.

Foi então que a Câmara de Vereadores representou ao Governo, obtendo a nomeação do professor JOAQUIM ANACLETO DA FONSECA que assumiu suas funções no dia 24 de outubro de 1837:

Homem culto, honesto e enérgico, foi cercado por considerações e apreço, vindo a receber uma subvenção especial do Governo Provincial para “uma manutenção decente e em reconhecimento aos seus esforços e capacidade.

O “velho professor” — como ficou conhecido —, teve ainda outros inestimáveis serviços prestados à cidade de Castro, tendo ocupado todos os cargos, tanto eletivos, como aqueles de nomeação do Governo, além de solicitador junto à Justiça local.

Em 1846, juntamente com o Padre Damasco e do cidadão Joaquim José Borges, Joaquim Anacleto da Fonseca, foi nomeado inspetor de ensino.

Esta himenagem póstuma será um preito de gratidão ao primeiro educador do município de Castro, que há mais de 130 anos deixou um marco de alegria para aqueles que receberam as primeiras letras.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 87/76.

PARECER

O presente Projeto de Lei 87/76, de autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, tem por finalidade denominar “JOAQUIM ANACLETO DA FONSECA”, prédio público localizado na cidade de Castro.

Analisando-se a proposição apresentada, bem como a justificativa que a acompanha, temos que a figura que se pretende homenagear, prestou inestimáveis e relevantes serviços à Comunidade da cidade de Castro, como educador emérito.

Sem dúvida alguma, é das mais meritórias a lembrança do legislador, querendo com o presente projeto de lei demonstrar o reconhecimento público à personalidade que muito deu de si em favor da educação da juventude daquele município, expressão que por certo servirá de exemplo às gerações futuras da nossa terra.

Legal e constitucionalmente, a matéria está em condições de ser apreciada por esta Casa. Queremos, entretanto, associando-nos a esta homenagem póstuma, nos manifestar FAVORAVELMENTE ao projeto, opinando pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(a) Accioly Neto, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI NÚMERO 87/76

PARECER

1. O nobre Deputado Dácio Leonel pretende com o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a denominar um prédio público, localizado no Município de Castro, com o nome de JOAQUIM ANACLETO DA FONSECA.

2. Nenhum óbice de natureza legal impede que homenagens desta natureza sejam efetuadas através de Leis oriundas

do Poder Legislativo, conforme parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Diante da justificativa apresentada com o projeto de lei, que ora se discute, trata-se de matéria de incontestável mérito, por isso, outro não poderia ser o entendimento desta Comissão, a não ser o da aprovação.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

EDILSON ALENCAR — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Ducci, ocorrido em Cornélio Procopio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Olinta Krebs Palmquist, ocorrido em nossa Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gabriel D'Anuncio Strapasson, ocorrido na cidade de Colombo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências visando a expansão da rede telefônica do Distrito de Cafelândia do Oeste, município de Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo medidas visando a implantação da segunda fase do ensino de primeiro grau, na localidade denominada "Alto São João", do município de Ron-

cador. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, fica transferida para a próxima sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Dr. Clayton Reis, pela brilhante aprovação, em 2º lugar, no recente concurso para provimento de cargo de Juiz Adjunto, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, sugerindo sejam envidados esforços visando a implantação da segunda fase do primeiro grau, no Distrito de Marilú e na localidade denominada "Água Torta" ambas no município de Iretama. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de que seja instalado um destacamento do Corpo de Bombeiros na cidade de Campo Mourão. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 20, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.